

Maurício SOGAME**

Erminia Maricato, arquiteta e professora da FAU-USP, é uma profissional de inúmeras qualidades. Pela sua formação poderia apenas estar preocupada com as formas e linhas das edificações. Contudo, todo o seu trabalho tem sido voltado para o estudo sistemático das cidades, sobretudo dos mecanismos geradores das desigualdades em seu interior, o que é possível evidenciar nas suas inúmeras publicações voltadas para o tema. Além disso, sempre teve uma participação atuante junto aos movimentos populares urbanos e foi, durante a gestão da petista Luíza Erundina, Secretária da Habitação do município de São Paulo.

O seu mais recente livro, "Metrópole na periferia do capitalismo", teve origem, como afirma a própria autora, na perplexidade causada pelas contradições entre sua militância e o estágio na administração municipal de São Paulo. Os conflitos entre a cidade real e a ordem legal, a segregação espacial e o aumento da violência urbana acompanham todo o livro que é dividido em quatro partes.

Na primeira parte, intitulada "Urbanismo na periferia do capitalismo", a autora se reporta às constituições, planos diretores e códigos de obras que, impondo uma legislação extremamente detalhista à cidade legal, simplesmente ignora a cidade real. Assim, de um lado temos a regulação restritiva alimentadora da valorização mercantil do espaço urbano; de outro, a produção anárquica e promíscua das periferias das metrópoles, onde a ilegalidade e a irregularidade são normas consentidas e incentivadas pelas autoridades públicas interessadas em vantagens eleitorais. Vale, então, a lógica da conveniência. Ora a legislação é aplicada em proveito da cobiça do mercado, ora é desprezada segundo os interesses clientelistas dos políticos de plantão que, despreocupados com políticas sérias de planejamento urbano, utilizam a carência de moradias como moeda no jogo político-eleitoral. O poder público, quando quer, faz vistas grossas e até mesmo incentiva a construção de moradias em áreas de riscos e/ou proteção de mananciais que, em pouco tempo, acabam se tornando catástrofes ambientais e humanas com perdas irreparáveis.

Nesta parte ainda, Erminia Maricato se remete às raízes coloniais do nosso atraso e à ferida aberta da questão fundiária, a lei de terras de 1850, lembrando que a segregação da população pobre não é de hoje, mostra que o futuro das cidades continua atrelado ao pacto entre as arcaicas elites rurais e as "modernas" classes proprietárias na cidade. Nas cidades imperam as relações de favor, privilégio e arbitrariedade que sempre caracterizaram a formação da sociedade brasileira, seja no mundo rural ou no mundo urbano, onde convivem com o "desenvolvimento moderno do atraso".

Na segunda e terceira parte do livro, "Entre o legal e o ilegal", e "Segregação ambiental e violência urbana", as evidências do subdesenvolvimento com exclusão social têm os seus reflexos no espaço urbano. A cidade é erguida, ou melhor, é "espalhada" sobre seu sítio urbano mais nocivo (áreas de várzeas, terrenos de topografia íngreme e extrema periferia). Dessa forma, o processo de urbanização na metrópole, ao mesmo tempo em que gera "nichos" de modernidade, também cria um universo clandestino de concentração de miséria, são os "guetos" ou como diz a autora, "imensas regiões nas quais a pobreza é homogênea disseminada". Enquanto a parcela da população mais aquinhoadada busca "refúgio" em condomínios fechados, granjas e bairros jardins, protegidos por muros altos, guaritas e sofisticados aparelhos de segurança, isolando-se ou mesmo se auto segregando, aos pobres e miseráveis a apropriação da cidade se dá através da ocupação de áreas na extrema periferia, das favelas, de cortiços em áreas degradadas ou então da transformação de ruas, praças e viadutos em lugar de morada, vivendo-se à margem da lei e da própria decência humana.

As evidências da exclusão social, que nas metrópoles têm relação direta com a irregularidade e ilegalidade da moradia, podem ser vistas através da cartografia da segregação espacial nas últimas folhas desse capítulo. Lá estão, de forma nítida, a sobreposição das informações sobre renda familiar, taxas de analfabetismo e homicídios, expondo à vista de todos o que já é possível notar passeando pela metrópole paulista, isto é, as áreas de concentração da população rica e dos equipamentos públicos contrastando com a imensa área dominada pela violência e miséria concentrada. Tudo isso resultado de um amálgama que une modernização excludente, emergência de um novo padrão tecnológico, mudanças nos papéis das metrópoles aliada à conjuntura neoliberal dominante de desemprego e precarização do trabalho junto com características típicas da formação social do Estado brasileiro como o paternalismo e o clientelismo político.

* Trabalho produzido para a disciplina "Dinâmica econômica e novas territorialidades", ministrada pelos Profs. Drs. Eliseu Savério Spósito e Maria Encarnação B. Spósito, no primeiro semestre de 1997.

** Mestrando. Curso de Pós-Graduação em Geografia - Faculdade de Ciências e Tecnologia - Unesp - Presidente Prudente - SP - Brasil.

Na última parte do livro a população da cidade ilegal, oculta e invisível aos olhos do Estado, ganha voz e movimento, seja através do *Rap* estampado na letra e na música do conjunto "Racionais MC", seja no belo ensaio fotográfico sobre a luta e o cotidiano dessa população excluída.

Por fim, ficam os alertas daquilo que foi pretensão desse arrojado livro: que a representação alienada que se faz da metrópole serve para encobrir a ação discriminatória do Estado e do mercado; que as políticas de planejamento precisam estar comprometidas com a realidade empírica, isto é, com as práticas urbanas concretas; e ainda, que o novo paradigma tecnológico, também gerador de desigualdades no interior das metrópoles do Terceiro Mundo, "não será satisfatório se não incluir a melhoria da qualidade ambiental ou melhoria da habitabilidade de grande parte da população brasileira, o que significa mudar o estatuto da terra e universalizar os direitos legais ou o acesso à justiça".